



Ministério das Comunicações Agência Nacional de Telecomunicações

CONCURSO PÚBLICO

CURSO DE FORMAÇÃO

Cargo:
ANALISTA ADMINISTRATIVO
(todas as áreas)

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 **Confira atentamente se os seus dados pessoais, transcritos acima, coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas. Em seguida, verifique se este caderno de prova contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas.** Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da **folha de respostas**, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Onde há serenidade e justiça reina a paz.

- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Na duração da prova, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 5 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de prova.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação da sua prova.

AGENDA (datas prováveis)

- I **30/4/2012**, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva: Internet — www.cespe.unb.br.
- II **1.º e 2/5/2012** – Recursos (prova objetiva): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III **9/5/2012** – Resultados finais do curso de formação e do concurso: Diário Oficial da União e Internet.

OBSERVAÇÕES:

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

FORMAÇÃO GERAL

Considerando a experiência histórica vivida pelo Brasil nas últimas décadas e os aspectos relativos ao processo de desestatização que o país conheceu nesse período, julgue os itens seguintes.

- 1 Diversas razões impediram que, no Brasil, o processo de desestatização, fortemente impulsionado a partir de 1995 pelo governo federal, envolvesse empresas estaduais.
- 2 O processo de desestatização tornou-se fenômeno de dimensão mundial a partir dos anos 80 do século XX e foi, em especial, característica marcante do final do século.
- 3 No Brasil, o processo de privatização de empresas estatais iniciou-se no regime militar, particularmente durante os governos de Ernesto Geisel e João Figueiredo.
- 4 Na Ásia, na África e na América Latina, a desestatização aconteceu à revelia de importantes organismos internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, que temiam pela saída do Estado da condução de atividades econômicas estratégicas.
- 5 No Brasil, a presença do Estado como indutor do desenvolvimento foi marcante no contexto de consolidação da sociedade urbano-industrial, processo que, iniciado na Era Vargas, expandiu-se consideravelmente após a Segunda Guerra Mundial.

Considerando o processo de reestruturação do Estado brasileiro, no qual a desestatização desempenha importante papel, julgue os itens subsequentes.

- 6 As más condições financeiras vigentes na zona do euro impossibilitaram a participação de empresas europeias no processo de privatização da telefonia no Brasil.
- 7 As privatizações conduzidas pelo Estado brasileiro integram um quadro mais amplo no qual se alteram as concepções sobre o Estado e seu papel na economia: de executor ele passa a regulador.
- 8 Um dos maiores leilões de privatização da história do Brasil foi a venda — que gerou uma arrecadação em torno de 22 bilhões de reais — das doze *holdings* criadas a partir da cisão do sistema TELEBRÁS.

Considerando a retrospectiva histórica das telecomunicações no Brasil, bem como o arcabouço legal referente ao setor, julgue os itens subsequentes.

- 9 Foi no regime militar que o poder de outorgar concessões no setor das telecomunicações superou o quadro de fragmentação que o caracterizava, tendo sido concentrado, a partir de então, na União.
- 10 A lei que criou a TELEBRÁS proibiu, explicitamente, que a nova estatal tivesse acesso aos recursos do Fundo Nacional de Telecomunicações.
- 11 Foi por meio de emenda constitucional que o Congresso Nacional permitiu outorgas ao capital privado para a exploração de qualquer tipo de serviço de telecomunicações, e não apenas para os serviços de radiodifusão.
- 12 Até o início dos anos 60 do século XX, as telecomunicações brasileiras caracterizavam-se por serviços concentrados no centro-leste do país, ligações telefônicas interurbanas precárias e comunicações internacionais muito aquém das necessidades do país.

Considerando o marco legal que criou a ANATEL, no bojo das reformas que buscaram reconfigurar o Estado brasileiro, julgue os itens que se seguem.

- 13 Compete à ANATEL administrar o espectro de radiofrequências e o uso de satélites de telecomunicações, expedindo a regulamentação associada, editando os correspondentes atos de outorga e fiscalizando a sua exploração.
- 14 Na condição de autoridade administrativa independente, a ANATEL não integra a administração federal, direta ou indireta, nem a ela se vincula.
- 15 Diferentemente das demais agências reguladoras, a ANATEL não dispõe de autonomia legal para editar normas disciplinadoras ou outros atos administrativos em matéria do seu campo de atuação.
- 16 Entre as competências atribuídas à ANATEL não se inclui a edição de atos de outorga, prerrogativa exclusiva do Congresso Nacional.

No que se refere aos procedimentos e princípios administrativos e aos direitos dos administrados, julgue os itens a seguir.

- 17 Exige-se decisão explícita da ANATEL nos procedimentos administrativos, solicitações e denúncias cuja matéria seja de sua competência, mas não nas reclamações.
- 18 Os documentos apresentados pelo administrado no curso do procedimento administrativo devem ser objeto de consideração pelo órgão competente.
- 19 Se, durante a instrução de determinado procedimento administrativo, uma das partes solicitar vista do respectivo auto, sua solicitação deverá ser atendida se não prejudicar o curso do processo.
- 20 As associações representativas são legitimadas como interessadas em procedimentos administrativos referentes a direitos e interesses coletivos ou individuais homogêneos de seus associados.
- 21 A extinção de procedimento administrativo instaurado pela administração depende de prévia notificação do interessado, o qual terá prazo para apresentar suas razões.

A respeito da atuação da procuradoria especializada da ANATEL, das limitações da atuação do servidor e da audiência pública, julgue os itens seguintes.

- 22 A biblioteca da ANATEL deve publicar instrumento convocatório, com pelo menos cinco dias de antecedência da data da realização de audiência pública.
- 23 A procuradoria especializada da ANATEL deve ser ouvida em procedimento de arbitragem.
- 24 O agente ou autoridade administrativa estará impedido de atuar em processo administrativo cujo perito seja seu primo.
- 25 Em caso de arguição de suspeição de determinado conselheiro em processo administrativo, o Conselho Diretor estará obrigado a afastá-lo, devendo substituí-lo no referido processo.

No que concerne a chamamento público, atos administrativos e procedimento de mediação, julgue os itens subsequentes.

- 26 Para a instauração do procedimento de mediação, aplicável especificamente à solução de pendências relativas ao reconhecimento ou atribuição de direitos que envolvam mais de um interessado, é necessário que os interessados estejam de acordo e apresentem a pretensão por escrito.
- 27 É obrigatório o reconhecimento de firma em todos os documentos apresentados à ANATEL.

Com relação ao Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações (PADO), julgue os próximos itens.

- 28 Se a demonstração de indício ou comprovação de fatos denunciados der causa à instauração de um PADO, o denunciante não será parte no procedimento, mas deverá ser cientificado do seu resultado.
- 29 O PADO, cujo objetivo é averiguar o descumprimento de obrigações por parte das prestadoras de serviço, pode ser realizado por requerimento de terceiros, mediante denúncia ou de ofício.
- 30 No PADO, é vedada a juntada de novos documentos após as fases de apresentação da defesa e da produção de provas.
- 31 Apenas de ofício pode ser revisto o PADO do qual resultar sanção ao administrado e, para que a revisão ocorra, é necessário terem surgido circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada.
- 32 É vedado, em qualquer circunstância, o anonimato em denúncias ou reclamações enviadas à ANATEL referentes à violação da ordem jurídica em matéria de competência da agência.

FORMAÇÃO ESPECÍFICA

Julgue os próximos itens, referentes a licitação e princípios de licitação.

- 33 É legal o estabelecimento, na licitação para contratação de empresa prestadora de serviços de segurança, de critérios como cortesia e afabilidade dos guardas que possivelmente atuarão na prestação do serviço.
- 34 Proposta de alteração na legislação sobre licitações deve ser encaminhada à assembleia legislativa do estado a que pertença o ente responsável pela proposta, já que a competência para modificar as normas gerais sobre esse assunto é dos estados e do Distrito Federal.
- 35 A licitação é uma das fases externas do processo de aluguel de um veículo pela ANATEL.
- 36 A Caixa Econômica Federal, por explorar atividade econômica bancária, não se sujeita à Lei n.º 8.666/1993.
- 37 É obrigatória a adjudicação da melhor proposta apresentada no processo licitatório, atendido o disposto na legislação e no respectivo edital.

Julgue os itens de **38 a 41**, acerca de modalidades de licitação.

- 38 Para vender um carro que conste do patrimônio da repartição, a entidade deve, antes de realizar o leilão, realizar a avaliação do bem, para fixação do preço mínimo de arrematação.
- 39 Caso pretenda construir uma nova sede, com custo estimado em, no mínimo, R\$ 2 milhões, a ANATEL deverá publicar um edital que exija habilitação prévia dos concorrentes, que serão julgados por uma comissão composta de, pelo menos, três membros.

- 40 A participação em leilão para alienação de imóvel restringe-se àqueles previamente cadastrados.
- 41 A tomada de preços é a modalidade adequada quando houver necessidade de participação de qualquer fornecedor. Nesse caso, a proposta deve ser apresentada antes da abertura do certame.

A respeito de tipos de licitação, julgue os itens subsequentes.

- 42 Em uma licitação do tipo menor preço, deve ser escolhido o produto de menor valor, mesmo que sua qualidade seja inferior à dos concorrentes.
- 43 Considere que, no julgamento de processo licitatório do tipo menor preço, seja verificado empate entre a empresa Alfa, que fabrica seus produtos no Brasil, e a empresa Beta, empresa que investe em pesquisa no país. Nessa situação, sendo os produtos das duas empresas similares, deverá ser declarada vencedora do certame a empresa Alfa.
- 44 Em um processo de licitação do tipo preço e técnica, deve-se, primeiramente, classificar as propostas pelo critério preço e, posteriormente, apreciar as cinco propostas de menor valor para verificação do atendimento aos critérios técnicos mínimos exigidos.
- 45 Em licitação que vise à compra de gêneros alimentícios para o refeitório de determinada entidade, deve-se utilizar, preferencialmente, o tipo melhor técnica.

Julgue os itens que se seguem, relativos a contratação direta.

- 46 No caso de licitação deserta, em que não há interessados, será dispensável a licitação.
- 47 No caso de determinado produto ser fabricado apenas por uma empresa, está dispensada a licitação para sua aquisição.
- 48 Um órgão público estará impedido de licitar caso pretenda realizar uma dação em pagamento para honrar dívida existente.
- 49 É dispensada a licitação para aquisição de componentes nacionais necessários à manutenção de equipamentos, durante o período da garantia técnica.
- 50 Cabe ao gestor público decidir as hipóteses em que a licitação é dispensável, já que o rol de situações de licitação dispensável é exemplificativo.
- 51 É inexigível a licitação para contratar cantor famoso para realizar um *show* de comemoração ao aniversário de uma cidade, por exemplo.

Julgue os itens a seguir, a respeito de procedimentos/fases da licitação e pregão.

- 52 As sanções em caso de inadimplemento constituem elemento obrigatório do edital.
- 53 Independentemente da habilitação dos concorrentes, todos os envelopes devem ser abertos para verificação das propostas.
- 54 A convocação do vencedor, em processo de licitação, para assinar imediatamente contrato de fornecimento de bens denomina-se adjudicação.
- 55 No pregão, deve-se utilizar como critério de julgamento o menor preço.
- 56 A primeira atividade a ser desenvolvida pelo gestor público na fase interna da licitação é a análise de sua viabilidade.

Com referência aos servidores públicos, julgue os itens que se seguem.

- 57 A absolvição criminal do servidor público por ausência de provas afasta sua responsabilidade administrativa.
- 58 O termo servidor designa exclusivamente aqueles que mantêm relação de trabalho com o Estado firmada mediante aprovação em concurso público.
- 59 O descumprimento do dever de sigilo, um dos deveres do servidor em exercício nas agências reguladoras, enseja a aplicação da pena de advertência.

A respeito da responsabilidade do servidor público pela prática de infrações, julgue os itens subsequentes.

- 60 Uma mesma conduta do servidor público pode ser objeto tanto de processo administrativo disciplinar quanto de ação de improbidade administrativa.
- 61 A inassiduidade habitual sujeita o servidor público a dupla penalidade: advertência e suspensão.
- 62 Se a infração cometida por servidor público ensejar simultaneamente a abertura de processo administrativo disciplinar (PAD) e o ajuizamento de ação penal, em regra, será admitido o aproveitamento, no PAD, das provas produzidas no juízo criminal, desde que garantido ao servidor o contraditório.

Julgue os itens a seguir, a respeito dos limites da administração pública no exercício do poder disciplinar.

- 63 No exercício do poder-dever de aplicar penalidade aos servidores, a administração pública deve observar o princípio da proporcionalidade em sentido amplo, bem como o princípio da razoabilidade.
- 64 O devido processo administrativo, com a garantia do contraditório e da ampla defesa, é indispensável para que a penalidade de demissão seja aplicada pela administração pública a servidores estáveis ou não estáveis.
- 65 Como o ato administrativo que impõe sanção disciplinar ao servidor público tem natureza discricionária, seu controle pelo Poder Judiciário limita-se aos aspectos formais.

No que se refere ao PAD, julgue os itens subsecutivos.

- 66 A alegação de desproporcionalidade na aplicação da pena nem sempre conduz à nulidade de sua aplicação.
- 67 De acordo com a legislação aplicável, uma vez formulado o pedido de acareação entre os depoentes, a administração pública tem o dever de proceder à sua realização, sob pena de ofensa à garantia constitucional da ampla defesa.
- 68 Para que seja reconhecida a nulidade do PAD, é indispensável a demonstração da ocorrência de efetivo prejuízo.

Julgue os itens seguintes, acerca de contratos administrativos.

- 69 Não constitui burla ao procedimento licitatório a subcontratação, em que o contratado terceiriza parte da obra, serviço ou fornecimento, mesmo que não haja previsão editalícia ou prévia aprovação da administração pública.
- 70 É vedado o contrato por prazo indeterminado, pois o prazo de vigência, em regra, está limitado à existência dos respectivos créditos orçamentários.
- 71 Para se alterar o contrato administrativo com base na teoria da imprevisão, exige-se, cumulativamente, a existência de um fato imprevisível ou, se previsível, de consequências incalculáveis, estranho às partes e inevitável, que cause grande desequilíbrio ao contrato.
- 72 Pelo reajuste procede-se à recomposição do contrato, em razão de desequilíbrio extraordinário e extracontratual devido à ocorrência de fato estranho ao contrato, uma vez comprovada a situação extraordinária.
- 73 O recebimento de equipamentos de qualquer espécie deve ser feito mediante recibo.
- 74 É possível a aplicação de multa por infração grave à norma legal quando verificado o pagamento por obra inconclusa e na ausência de atestado de recebimento do serviço, bem como no caso de execução de serviços adicionais sem cobertura contratual.
- 75 As obras e os serviços podem ser licitados mesmo que não haja previsão orçamentária.
- 76 Os contratos administrativos, consequência lógica da licitação, são regulados pelos preceitos de direito público, mas, de forma supletiva, podem-se aplicar a esses contratos os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
- 77 O desequilíbrio na relação entre a prestação e a contraprestação impõe a promoção do reequilíbrio econômico-financeiro, o qual se concretiza quando se garante a equivalência entre prestação e contraprestação, observado o princípio da supremacia do interesse público.
- 78 Nenhum contrato administrativo regido pela Lei n.º 8.666/1993 poderá ser realizado verbalmente, já que a administração não possui a liberalidade para adotar a forma contratual que lhe convier.
- 79 Ao contratar, a administração pode exigir a apresentação de garantias, mas, em qualquer hipótese, quem escolhe a modalidade da garantia a ser prestada é o contratado, entre aquelas previstas em lei.
- 80 A administração responde subsidiariamente ao contratado por encargos trabalhistas.